

**LEILÃO UNIFICADO  
CAEX - COORDENADORIA DE APOIO À EXECUÇÃO  
SELJUD - SEÇÃO DE GERENCIAMENTO DO LEILÃO JUDICIAL  
TRT 1ª REGIÃO**

**EDITAL DE 1º e 2º Leilões e Intimação, com prazo de 20 (vinte) dias, extraídos dos autos da Ação Trabalhista que JONATAS RIBEIRO BISPO - CPF: 107.642.717-09 (Adv. Alexandre Pascoal Marques - OAB/SP 270.924), move a SUPRICEL LOGISTICA LTDA. - CNPJ: 03.077.452/0001-60 (Advs. Winston Sebe - OAB/SP 27.510, Vitor Camargo Sampaio - OAB/SP 385.092, Joice Naia Siqueira - OAB/SP 375.087), SUPRICEL CONSTRUTORA E INCORPORADORA LTDA. - CNPJ: 05.554.348/0001-44 (Adv. Vitor Camargo Sampaio OAB/SP 385.092), LUIS GUILHERME SCHNOR - CPF: 075.594.758-41. Terceiro Interessado: ALIANÇA ASSET SECURITIZADORA S/A - CNPJ: 39.579.285/0001-00. Processo nº ATOrd 0100510-28.2018.5.01.0522, na forma abaixo.**

O Dr. IGOR FONSECA RODRIGUES, Juiz Gestor de Centralização junto à CAEX – Coordenadoria de Apoio à Execução do TRT 1ª Região, FAZ SABER, aos que o presente Edital de Leilão e Intimação, virem ou dele tomarem conhecimento, especialmente ao devedor, na pessoa de seu representante legal, que o Primeiro Leilão do(s) bem(ns) penhorado(s) nestes autos terá início às **11:00h do dia 16 Setembro de 2025, encerrando-se às 14:00h**. Não havendo lance igual ou superior à importância da avaliação no intervalo dos dias suso mencionados, será dado imediato prosseguimento ao 2º Leilão Público. O Segundo Leilão Público será realizado ininterruptamente, iniciando-se às **14:00h do dia 16 de Setembro de 2025 e se prorrogará até o dia 17 de Setembro de 2025 às 14:00h**. **Cumprir informar que foi fixado pelo Juízo da 3ª Vara do Trabalho de Camaçari – TRT 5ª Região, o valor mínimo para lances não inferiores ao valor de R\$232.767,19, referente ao crédito devido, o qual possui natureza alimentar, conforme determinado no Despacho de ID dca9196**, vendendo-se o bem pelo maior valor auferido, nos termos do art. 891, parágrafo único do CPC, c/c art. 888 da CLT, que será objeto de análise pelo Juízo da execução. O Leilão será realizado exclusivamente por MEIO ELETRÔNICO, através do site [www.edgarcarvalholeiloeiro.com.br](http://www.edgarcarvalholeiloeiro.com.br), onde os interessados deverão se cadastrar uma única vez, com antecedência mínima de 24 (vinte e quatro) horas, para, a partir do cadastro, com o uso do seu login e senha pessoal e intransferível, utilizar a plataforma de Lances Eletrônicos. Os Leilões Públicos serão conduzidos pelo Leiloeiro Público Oficial **Edgar de Carvalho Júnior**, Matriculado na Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro sob o número 032, com endereço físico na Av. Treze de Maio, nº 47, 912, Centro, Rio de Janeiro/RJ, e-mail de contato: [edgardecarvalholeiloeiro@gmail.com](mailto:edgardecarvalholeiloeiro@gmail.com), telefone de contato: 21 2240-7858. Bem(ns) a ser(em) leiloado(s), conforme Auto de Penhora e Avaliação de **Id 6c32907**, designado como **IMÓVEL: 01 (um) imóvel localizado nos lotes 02 e 06 da Rua E, QUADRA G, no empreendimento denominado POLOPLAST, na cidade de Camaçari, Estado da Bahia, de matrícula nº 5540 junto ao Segundo Cartório da Imóveis e hipotecas da cidade de Camaçari, tendo o Lote 06 área de cinco mil e seiscentos metros quadrados, confrontando com os Lotes 02, 03, 04 e 05, enquanto o lote 02 detém área de dois mil e duzentos metros quadrados, limitando com a Rua e o Lote 01. Área total do terreno de sete mil e oitocentos metros quadrados (unificação das matrículas 3795 4417). Na mencionada área existem averbados as seguintes construções: um galpão (com sala de reunião, dois banheiros e outra sala térrea), um quiosque e um prédio administrativo com dois andares construídos (térreo com uma sala de recepção, uma sala de expedição, um banheiro, um refeitório, um dormitório, dois vestuários, uma guarita com banheiro, primeiro andar constituído de uma sala de**

**administração, uma sala de reunião, uma sala de diretoria, uma copa e dois banheiros). O imóvel acima descrito está avaliado em R\$ 4.250.000,00 (quatro milhões e duzentos e cinquenta mil reais).**

O imóvel está inscrito na matrícula nº 5540 junto ao Segundo Cartório de Imóveis e Hipotecas da cidade de Camaçari/BA, conforme RGI de ID a529e30.

**Cumpre-nos informar que caso existam débitos de IPTU, os mesmos serão informados no sítio eletrônico do Leiloeiro, não podendo o interessado alegar desconhecimento dos eventuais valores.**

No caso dos imóveis, mesmo que a penhora recaia sobre percentual ou fração, este será alienado pela totalidade (100%), por tratar-se de bem indivisível. Cientes sobre as penhoras, indisponibilidades e arrolamentos existentes, nos termos do artigo 886 VI do CPC, conforme certidão do registro de imóveis disponibilizada nos autos, **id a529e30**, e no site do leiloeiro. O Leilão será procedido na forma do Artigo 122 da Consolidação dos Provimentos da Corregedoria Geral da Justiça do Trabalho (isenção do Arrematante em relação a débitos anteriores à Arrematação), que determina a observância do parágrafo único do artigo 130 do CTN e do § 1º do Artigo 908 do CPC, por ser a arrematação em Hasta Pública modalidade de Aquisição Originária, não se imputando ao eventual Arrematante responsabilidade por débitos tributários e não tributários anteriores à arrematação. Tais débitos serão subrogados no preço da alienação, obedecidas as preferências legais. Os créditos Trabalhistas terão prioridade sobre qualquer outro, na forma do artigo 186 do CTN. Os débitos que venham a ser apurados serão informados nos autos e no site do leiloeiro antes do início do leilão.

**ARREMATAÇÃO:** à vista, a título de sinal e como garantia, no ato do acerto de contas do leilão judicial, uma primeira parcela de, no mínimo, 20% (vinte por cento) do valor do lance, além dos 5% de comissão do Leiloeiro (na forma do Artigo 903 § 5º III c/c Parágrafo Único do Artigo 24 do Dec. Lei 21.981/32). O valor restante deverá ser pago em 24 (vinte e quatro) horas após o leilão, diretamente na agência bancária autorizada, mediante guia ou boleto bancário emitido por ocasião do leilão. Não será devida nenhuma remuneração ou indenização ao leiloeiro, em caso de acordo ou pagamento do débito após a publicação do edital, mas antes da realização do leilão judicial, salvo despesas de armazenagem. Na hipótese de acordo ou remição após a realização da alienação judicial, o leiloeiro fará jus à comissão prevista acima. O credor que não adjudicar os bens constritos perante o juízo da execução antes da publicação do edital, só poderá adquiri-los em leilão judicial unificado na condição de arrematante, com preferência na hipótese de igualar o maior lance, respondendo, porém, pelo pagamento da comissão ao leiloeiro, já que assume a condição de arrematante.

**PARCELAMENTO:** Só se permitirá o parcelamento na hipótese de bem imóvel, observando-se as disposições da Resolução nº 236 do CNJ, do artigo 895 do CPC e do Ato Conjunto nº 07/2019, desde que o licitante interessado em adquirir o bem no leilão judicial em prestações ofereça lance diretamente no sítio do(a) leiloeiro(a), com esta opção, atendendo às seguintes condições: 1) A proposta de pagamento do lance à vista sempre prevalecerá sobre as propostas de pagamento parcelado. A plataforma do leiloeiro deverá bloquear a oferta de lances parcelados a partir da oferta de um lance à vista, podendo o lançador alterar a modalidade durante a disputa. 2) O lance ofertado para pagamento parcelado em menor número de parcelas prevalecerá sobre os demais lances parcelados de mesmo valor; 3) Oferta de sinal de pelo menos 25 (vinte e cinco por cento) do valor do lance

à vista e o saldo restante, parcelado em até 30 (trinta) meses. As parcelas serão corrigidas monetariamente pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) ou por outro que venha a substituí-lo. 4) O parcelamento será garantido por hipoteca sobre o próprio bem imóvel. 5) No caso de atraso no pagamento de qualquer das prestações, incidirá multa de 10% (dez por cento) sobre a soma da parcela inadimplida com as parcelas vincendas. 6) O inadimplemento autoriza o exequente a pedir a resolução da arrematação ou promover, em face do arrematante, a execução do valor devido, devendo ambos os pedidos serem formulados nos autos da execução em que se deu a arrematação.

**PENALIDADES:** Aquele que desistir da arrematação, ressalvadas as hipóteses dos artigos 775 e 903, §5º, do Código de Processo Civil, ou não efetuar o depósito do saldo do valor ofertado, perderá o sinal dado em garantia, bem como a comissão paga ao leiloeiro e ficará proibido de licitar em leilões judiciais.

Não efetuado o depósito do sinal do valor da arrematação, o responsável pelo leilão comunicará imediatamente o fato ao Juízo da Execução, informando também os lanços precedentes, para que seus ofertantes possam exercer o direito de opção. O lançador inadimplente será multado em 20% do valor do lance por ato atentatório à dignidade do juízo, sendo o valor reversível à execução e ficará proibido de licitar em leilões judiciais.

**DOS BENS:** Os bens serão vendidos no estado em que se encontram, podendo haver a exclusão de bens do leilão a qualquer tempo e independentemente de prévia comunicação, observando-se as regras da CLT; do CPC; e da Resolução 236/2016 do CNJ.

**OFERTA DE LANCES:** Nos termos do art. 22 da Res. nº 236 do CNJ, a fim de evitar qualquer tipo de intervenção humana, e, atendendo ao princípio da publicidade relativa ao certame, dando visibilidade em tempo real aos participantes, somente será aceita a oferta de lances diretamente no sítio do(a) leiloeiro(a), em substituição à previsão constante do art. 895 do CPC quanto à apresentação de propostas por escrito em casos de parcelamento.

**PRORROGAÇÃO:** Quanto à prorrogação do prazo para os lances, adota-se a previsão constante do Art. 21. da Res. Nº 236 do CNJ, “Sobrevindo lance nos 3 (três) minutos antecedentes ao termo final da alienação judicial exclusivamente eletrônica, o horário de fechamento do pregão será prorrogado em 3 (três) minutos para que todos os usuários interessados tenham oportunidade de ofertar novos lances.”, **entendendo-se por termo final, cada prorrogação sucessiva, sempre em múltiplos de 3, a partir do encerramento, e não a partir do lance** (exemplo de leilão encerrando às 14:00: prorrogações às 14:03h, 14:06h, 14:09h, 14:12h...).

**PREFERÊNCIA:** O exercício do direito de preferência deverá ser requerido junto ao(a) leiloeiro(a), conforme orientações constantes do seu sítio eletrônico, informado no edital. Para participação no leilão, deverá o interessado efetivar os lances no site do leiloeiro(a), tendo preferência no caso de empate.

**ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA:** Os efeitos da arrematação no caso de alienação fiduciária, serão apreciados e decididos pelo Juízo de origem.

**TRANSFERÊNCIA:** Correrão por conta do arrematante todos os ônus inerentes à transferência da propriedade em seu favor, devendo o mesmo diligenciar quanto ao levantamento das restrições que recaem sobre o imóvel.

**DÚVIDAS E INFORMAÇÕES:** Endereço eletrônico do leiloeiro: [www.edgarcarvalholeiloeiro.com.br](http://www.edgarcarvalholeiloeiro.com.br).

**HOMOLOGAÇÃO:** A documentação do leilão, a ser enviada pelo leiloeiro, e eventuais manifestações serão analisadas pelo juízo da Caex no processo piloto do Leilão Unificado (0103502-68.2021.5.01.0000 - 2º grau). Havendo homologação da arrematação o resultado será remetido à respectiva vara de origem, que será responsável por intimar as partes, e julgar os incidentes anteriores e posteriores ao leilão, conforme previsão constante do Ato Conjunto 07/2019. Caex - Coordenadoria de Apoio à Execução: 2380-6875 E-mail: [leilaounificado@trt1.jus.br](mailto:leilaounificado@trt1.jus.br)

Ciente a Executada que o prazo para embargos corre na forma do Artigo 903 § 2º do CPC. E, para que chegue ao conhecimento de todos, foi expedido o presente Edital, que será publicado no Diário de Justiça Eletrônico Nacional - DJEN. Caso o executado(s), cônjuge, coproprietário, herdeiros, sucessores, eventuais locatários, ocupantes, possuidores, credores do imóvel, usufrutuários, credor pignoratício, hipotecário, anticrético, fiduciário, com penhora anteriormente averbada, promitente comprador, vendedor ou terceiros interessados não sejam intimados por outra forma legal, ficam pelo presente edital intimados da alienação judicial, suprimindo, assim, a exigência contida no art. 889, § único do CPC.

Qualquer que seja a modalidade de leilão, nos termos do art. 903, CPC, assinado o auto pelo juiz, pelo arrematante e pelo leiloeiro, a arrematação será considerada perfeita, acabada e irretroatável, ainda que embargos do executado venham a ser julgados procedentes ou a ação autônoma de que trata o § 4º deste artigo, assegurada a possibilidade de reparação pelos prejuízos sofridos. Eu, Marcio Vianna Antunes, Coordenador, mandei digitar e subscrevo. IGOR FONSECA RODRIGUES Juiz Gestor de Centralização.

---

**SEGUE O MODELO DE EDITAL DE NOTIFICAÇÃO NO QUAL DEVERÃO CONSTAR TODAS AS PARTES E TERCEIROS, CADASTRADOS NO PJE OU NÃO**

**(INCLUIR DESTINATÁRIOS CONSTANTES DO RGI E DO ART.889 CPC)**

**LEILÃO UNIFICADO  
CAEX - COORDENADORIA DE APOIO À EXECUÇÃO**

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO  
PARTES/TERCEIROS SEM ADVOGADO OU EM LOCAL INCERTO**

**Processo nº ATOrd 0100510-28.2018.5.01.0522 - Rte. JONATAS RIBEIRO BISPO - CPF: 107.642.717-09 (Adv. Alexandre Pascoal Marques - OAB/SP 270.924), Rdo. SUPRICEL LOGISTICA LTDA. - CNPJ: 03.077.452/0001-60 (Advs. Winston Sebe OAB/SP 27.510, Vitor Camargo Sampaio OAB/SP 385.092, Joice Naia Siqueira OAB/SP 375.087),**

**SUPRICEL CONSTRUTORA E INCORPORADORA LTDA. - CNPJ: 05.554.348/0001-44 (Adv. Vitor Camargo Sampaio OAB/SP 385.092), LUIS GUILHERME SCHNOR - CPF: 075.594.758-41.**

Pelo presente fica(m) notificado(s): **JONATAS RIBEIRO BISPO - CPF: 107.642.717-09, SUPRICEL LOGISTICA LTDA. - CNPJ: 03.077.452/0001-60, SUPRICEL CONSTRUTORA E INCORPORADORA LTDA. - CNPJ: 05.554.348/0001-44, LUIS GUILHERME SCHNOR - CPF: 075.594.758-41** para: Tomarem ciência de que foram marcados Leilões para os dias 16/09/2025 11:00h até 16/09/2025 14:00h e 16/09/2022 14:00h até 17/09/2025 14:00h, Leiloeiro Público Oficial **Edgar de Carvalho Júnior**, Matriculado na Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro sob o número 032, com endereço físico na Av. Treze de Maio, nº 47, 912, Centro, Rio de Janeiro/RJ, edital na íntegra disponível no site [www.edgarcarvalholeiloeiro.com.br](http://www.edgarcarvalholeiloeiro.com.br) dos bens penhorados: **IMÓVEL: 01 (um) imóvel localizado nos lotes 02 e 06 da Rua E, QUADRA G, no empreendimento denominado POLOPLAST, na cidade de Camaçari, Estado da Bahia, de matrícula nº 5540 junto ao Segundo Cartório da Imóveis e hipotecas da cidade de Camaçari, tendo o Lote 06 área de cinco mil e seiscentos metros quadrados, confrontando com os Lotes 02, 03, 04 e 05, enquanto o lote 02 detém área de dois mil e duzentos metros quadrados, limitando com a Rua e o Lote 01. Área total do terreno de sete mil e oitocentos metros quadrados (unificação das matrículas 3795 4417). Na mencionada área existem averbados as seguintes construções: um galpão (com sala de reunião, dois banheiros e outra sala térrea), um quiosque e um prédio administrativo com dois andares construídos (térreo com uma sala de recepção, uma sala de expedição, um banheiro, um refeitório, um dormitório, dois vestiários, uma guarita com banheiro, primeiro andar constituído de uma sala de administração, uma sala de reunião, uma sala de diretoria, uma copa e dois banheiros). O imóvel está inscrito na matrícula nº 5540 junto ao Segundo Cartório de Imóveis e Hipotecas da cidade de Camaçari/BA, conforme RGI de ID a529e30.**

Edital de Leilão devidamente publicado no Diário de Justiça Eletrônico Nacional - DJEN, e disponível no PJe (acesse a página: <http://www.trt1.jus.br/processo-judicial-eletronico>). Eu, Marcio Vianna Antunes, Coordenador, mandei digitar e subscrevo. IGOR FONSECA RODRIGUES Juiz Gestor de Centralização.